

Resumo

Em 2003 foi promulgada a Lei nº 10.639, que instituiu a obrigatoriedade da inclusão de atividades voltadas à valorização da cultura africana e do ensino da temática Cultura e História Afro-Brasileira no ensino básico brasileiro, como parte de um conjunto de ações afirmativas que tinham como objetivos a promoção da integração dos negros na sociedade e a redução do preconceito e da intolerância baseadas no conceito de raça. Apesar deste esforço, passados quase vinte anos da promulgação, ainda são observadas dificuldades para o cumprimento da lei em razão de resistências originadas em setores religiosos cristãos – sobretudo evangélicos, – contrários à tratativa de temas associados à religiosidade de matriz africana, por eles compreendida como sujeitas à ação do demônio. Partindo deste quadro, esta dissertação tem por objetivo identificar o imaginário presente nos discursos contrários à implantação do ensino da temática Cultura e História Afro-Brasileira no ensino básico brasileiro, proferidas a partir do site Gospel Prime, cujo perfil é representativo do grupo evangélico. O corpus consiste em publicações realizadas entre os anos de 2003 (a partir da promulgação da lei) e 2019 que trataram deste tema, tendo como critério de inclusão o posicionamento contrário à implantação do ensino da Cultura e História Afro-Brasileira. Foram analisados os elementos textuais com o propósito de identificar os termos utilizados para justificar o caráter negativo de tal ação, os quais foram contabilizados para que fossem identificadas recorrências e, a partir delas, os termos mais significativos, verificando sua associação ao imaginário religioso cristão. Nesse sentido, foi constatado que o imaginário é um elemento fundante a ser considerado na promoção de políticas públicas voltadas à igualdade entre raças e indivíduos. Os resultados foram discutidos tomando-se como referência as Teorias do Imaginário e da Comunicação a partir das contribuições de Malena Segura Contrera e Mauricio Ribeiro da Silva.